

CARTA-CONVITE PARA SELEÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GESTÃO DOCUMENTAL - SC.0369/25

Brasília-DF, 26 de novembro 2025

CERES – FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e administradora de multiplanos de benefícios previdenciários, com sede em SHCN-CL, Quadra 202, Bloco "C", Asa Norte, Brasília-DF, CEP 70.832-535, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.532.804/0001-31, por intermédio da presente, vem convidar Vossa Senhoria a participar do processo seletivo para contratação de Empresa Especializada em Gestão Documental e Arquivos, em conformidade com as condições estipuladas neste instrumento.

1. DO OBJETIVO E ESCOPO

- 1.1. Contratar empresa especializada em gestão documental com a finalidade de analisar, propor e implementar soluções para a organização e o gerenciamento do arquivo físico da Fundação. O trabalho deverá considerar critérios de relevância, legalidade, acessibilidade, segurança da informação e viabilidade operacional, assegurando práticas adequadas ao ciclo de vida dos documentos.
- 1.2. A **CONTRATADA** deverá estabelecer diretrizes claras e estruturadas para procedimentos de guarda, digitalização, descarte ou migração de documentos físicos, promovendo a conformidade com a legislação vigente e o alinhamento às necessidades institucionais da Fundação.
- 1.3. Recomenda-se a vistoria técnica na Sede da Ceres para a correta mensuração dos serviços a serem executados. O agendamento e a realização da visita devem ocorrer <u>até 05/12/2025</u>, solicitados via e-mail: <u>trabalheconosco@ceres.org.br</u> ou pelos telefones (61) 2106-0298 / 2106-0287.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Ceres – Fundação de Previdência verifica a necessidade de promover o aperfeiçoamento de seus processos de gestão documental, considerando o volume de documentos físicos acumulados ao longo dos anos, a necessidade de revisão e padronização dos procedimentos internos de arquivamento e o avanço das iniciativas de digitalização institucional. Ademais, a iminente mudança de sede impõe a adoção de medidas técnicas e organizacionais voltadas à adequada preparação, organização e tratamento do acervo documental, de modo a garantir a integridade das



informações, a continuidade dos processos de trabalho, o atendimento às exigências legais e a racionalização dos espaços físicos.

- 2.2. Nesse contexto, a contratação mostra-se imprescindível, uma vez que a Fundação demanda suporte técnico qualificado para realizar diagnóstico detalhado da situação atual, propor soluções estruturadas e orientar a implementação de práticas compatíveis com a legislação vigente, com as diretrizes arquivísticas nacionais e com as necessidades operacionais da entidade. A atuação especializada permitirá estabelecer diretrizes claras e seguras para procedimentos de guarda, digitalização, descarte ou migração de documentos, conferindo maior eficiência administrativa, fortalecimento dos controles internos, mitigação de riscos relacionados à gestão da informação e otimização dos recursos institucionais.
- 2.3. Assim, a contratação ora proposta justifica-se pela necessidade de assegurar conformidade normativa, eficiência organizacional e adequada governança documental, especialmente diante das exigências decorrentes do processo de mudança de sede e do compromisso da Fundação com a modernização e transparência de seus processos internos.

3. ESCOPO DO SERVIÇO A SER PRESTADO

3.1. A empresa contratada deverá executar, de forma técnica e estruturada, as seguintes atividades voltadas à gestão do acervo documental físico da Fundação, observadas as normas arquivísticas vigentes, as melhores práticas do setor e as necessidades institucionais identificadas:

3.1.1. Diagnóstico do Acervo Documental:

- a. Levantamento, análise e classificação preliminar do acervo físico existente, incluindo identificação de volumes, tipologias documentais, estado de conservação, nível de organização e riscos associados;
- Mapeamento dos fluxos documentais e dos procedimentos atualmente adotados pelas áreas internas para produção, tramitação e guarda de documentos;
- c. Elaboração de relatório técnico contendo diagnóstico situacional, apontamentos de não conformidades e recomendações iniciais.

3.1.2. Elaboração dos Códigos de Classificação de Documentos:

- a. Indicação de Sistema de Classificação Documental, estruturado por funções e atividades da Ceres, conforme normas arquivísticas e orientações do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ);
- Definição de critérios e hierarquias para organização e identificação dos documentos, garantindo rastreabilidade, padronização e segurança na gestão do acervo.



3.1.3. Elaboração da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos:

- a. Construção de Tabela de Temporalidade compatível com o Sistema de Classificação, contemplando prazos de guarda corrente, intermediária e permanente;
- b. Definição de critérios de destinação final, incluindo descarte, digitalização, migração ou recolhimento para guarda definitiva, em conformidade com a legislação aplicável e com as necessidades institucionais.

3.1.4. Elaboração de Manuais de Tratamento Técnico Documental:

- a. Produção de manuais contendo orientações detalhadas sobre procedimentos de classificação, avaliação, descrição, acondicionamento, preservação, digitalização e descarte de documentos;
- b. Padronização de rotinas e responsabilidades, estabelecendo diretrizes para a gestão documental no âmbito da Fundação.

3.1.5. Treinamento de Multiplicadores Internos:

- a) Planejamento e realização de capacitação para colaboradores indicados, com foco na aplicação do Sistema de Classificação, Tabela de Temporalidade e demais diretrizes produzidas pela CONTRATADA.
- b) Entrega de materiais de apoio e realização de atividades práticas para assegurar a assimilação das metodologias propostas.
- 3.2. A contratada deverá elaborar e entregar, ao término da execução dos serviços, Relatório Final Consolidado, contendo diagnóstico detalhado do acervo documental, análise situacional, recomendações técnicas e orientações estruturadas para a implementação e manutenção das diretrizes de gestão documental. O relatório deverá incluir, no mínimo:
 - a. a síntese das atividades executadas, incluindo metodologias aplicadas, etapas cumpridas e resultados obtidos;
 - b. o diagnóstico completo do acervo documental, contemplando classificação das tipologias, avaliação das condições físicas, riscos identificados e eventuais não conformidades;
 - c. recomendações técnicas para tratamento, guarda, digitalização, destinação, descarte ou migração dos documentos, em conformidade com a legislação aplicável e as melhores práticas arquivísticas;
 - d. orientações estruturadas para a adoção, execução e continuidade dos procedimentos definidos no Sistema de Classificação, Tabela de Temporalidade, Manuais Técnicos e demais instrumentos produzidos no âmbito da CONTRATADA;



- e. proposta de plano de ação para operacionalização das medidas recomendadas, com indicação de prioridades, responsáveis e prazos sugeridos;
- f. anexos técnicos que se fizerem necessários para adequada compreensão e aplicação das diretrizes.
- 3.3. O Relatório Final Consolidado será considerado entregável obrigatório e condição para a aceitação definitiva dos serviços, ficando sua aprovação sujeita à análise técnica da Ceres Fundação de Previdência.

4. REQUISITOS TÉCNICOS

- 4.1. A empresa a ser contratada deverá comprovar capacidade técnica, experiência profissional e domínio metodológico compatíveis com a complexidade das atividades previstas, apresentando, no mínimo, os seguintes requisitos:
- 4.1.1. Experiência Comprovada em Gestão Documental:
 - a. Comprovação de experiência na prestação de serviços de gestão documental, organização de acervos físicos e implantação de sistemas de classificação e tabelas de temporalidade;
 - b. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços similares em escopo e complexidade.
- 4.1.2. Equipe Técnica Especializada: a empresa deverá dispor de equipe multidisciplinar composta, minimamente, por Arquivista regularmente registrado e habilitado, com experiência comprovada em:
 - a. elaboração de códigos de classificação;
 - b. elaboração de tabelas de temporalidade;
 - c. tratamento técnico e organização de acervos físicos;
 - d. digitalização e gestão do ciclo de vida documental.
- 4.1.3. A contratada deverá demonstrar domínio das legislações e normas aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a:
 - a. Diretrizes do CONARQ (e-ARQ Brasil, RDC-Arq etc.);
 - b. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
 - c. Normas de preservação, destinação e eliminação de documentos públicos e privados;
 - d. Boas práticas arquivísticas nacionais e internacionais.
- 4.1.4. Apresentação de Metodologia de Trabalho Estruturada, contemplando:



- a. etapas de trabalho;
- b. técnicas e padrões adotados;
- c. cronograma;
- d. recursos utilizados;
- e. entregáveis e critérios de qualidade.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 5.1. A vigência do contrato de prestação de serviços será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual. O prazo poderá ser prorrogado, mediante celebração de termo aditivo, caso se verifique a necessidade de extensão para a adequada conclusão das atividades previstas.
- 5.2. A vigência também poderá ser reduzida, desde que integralmente cumprido o objeto contratado, mediante manifestação formal das partes. Qualquer alteração de prazo deverá ser previamente justificada e formalizada nos termos da legislação aplicável.

6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

- 6.1. A seleção considerará a solução mais vantajosa técnica e economicamente, conforme avaliação da Ceres, observando:
 - Qualidade técnica e comprovada;
 - Proposta técnica e financeira;
 - Cumprimento dos requisitos regulamentares contidos neste documento;
 - Apresentação de Atestado Técnico/Portfólio.

7. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado conforme as condições estabelecidas no contrato, mediante apresentação da fatura, boleto ou nota fiscal correspondente. Serão processados no mês de competência somente os documentos fiscais apresentados à Ceres até o dia 10 (dez) de cada mês, observando-se que o prazo máximo para vencimento deverá ocorrer até o dia 20 (vinte) do mesmo mês.
- 7.2. A liquidação dos valores ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal da contratada e à comprovação da execução dos serviços conforme previsto no instrumento contratual.

8. SANÇÕES E PENALIDADES

8.1. O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à aplicação das penalidades previstas nesta cláusula, sem prejuízo da reparação por eventuais danos causados à Ceres – Fundação de Previdência.



- 8.1.1. Será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato em caso de descumprimento de qualquer obrigação estabelecida no instrumento contratual, nos termos verificados pela fiscalização competente.
- 8.1.2. Na hipótese de reincidência, caracterizada pela repetição da falta após notificação formal da Ceres, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, independentemente da multa anteriormente aplicada.
- 8.1.3. As penalidades previstas nas subcláusulas anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente, caso a conduta da **CONTRATAD**A configure múltiplos descumprimentos ou comprometa a execução adequada do objeto contratado.
- 8.1.4. A reiterada inexecução de obrigações contratuais, assim entendida a ocorrência de duas ou mais infrações de mesma natureza ou de diferentes naturezas, poderá ensejar, a critério da Ceres, a rescisão unilateral do contrato, com fundamento no descumprimento contratual e sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 8.2. As multas aplicadas poderão ser descontadas de quaisquer valores devidos à **CONTRATADA**, inclusive pagamentos futuros, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e judiciais para cobrança de eventual saldo remanescente.

9. RESCISÃO CONTRATUAL

- 9.1. O contrato poderá ser rescindido:
- 9.1.1. Imediatamente, pela Ceres Fundação de Previdência, em caso de descumprimento das obrigações contratuais, paralisação dos serviços ou outras situações que comprometam a execução contratual ou a reputação da CONTRATADA, sem que haja causa justa e devidamente aprovada pela CONTRATANTE.
- 9.1.2. A rescisão contratual, independentemente de sua causa ou modalidade, não exclui a aplicação das penalidades previstas na cláusula 8ª (oitava) deste instrumento, podendo a **CONTRATANTE**, ainda, promover a cobrança de indenização por perdas e danos, inclusive danos morais e materiais, decorrentes do inadimplemento contratual ou de quaisquer prejuízos que venham a ser ocasionados pela **CONTRATADA**.

10. DO PRAZO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 10.1. As propostas deverão atender, sob pena de não aceitação pela Ceres, além dos termos e exigências estabelecidos neste documento, às seguintes condições:
- 10.1.1. Serem encaminhadas, impreterivelmente, até o dia 10/12/2025, para o endereço eletrônico: **trabalheconosco@ceres.org.br**.



11. DOS DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO

- 11.1. Para a validação da proposta apresentada, a empresa proponente deverá anexar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:
 - Contrato Social atualizado;
 - Certidões Negativas de débitos da Receita Federal;
 - Certidões Negativas de débitos da Receita Estadual;
 - Certidão Negativa de débitos trabalhista;
 - Certidão Negativa Cível e de Falência;
 - Comprovante de Inscrição Estadual/Distrital;
 - Comprovante de inscrição do CNPJ;
 - FGTS:
 - Alvará de Funcionamento;
 - Inscrição ativa nos órgãos de classe.

12. CONFIDENCIALIDADE

- 12.1. A **CONTRATADA**, seus sócios, prepostos e colaboradores comprometem-se, no ato da contratação, a firmar Termo de Adesão ao Código de Ética, de Confidencialidade e de Responsabilidade da CERES, obrigando-se a manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados, documentos e materiais a que tiverem acesso em razão da execução dos serviços, especialmente aqueles relacionados aos ativos, estratégias, valores, prazos, instituições financeiras parceiras, políticas internas e demais informações sensíveis da Fundação.
- 12.2. Tais informações deverão ser utilizadas exclusivamente para a execução do objeto contratual, sendo vedada sua reprodução, compartilhamento, divulgação ou uso para qualquer outro fim, inclusive após o término do contrato, sob qualquer meio ou forma, sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.
- 12.3. O dever de confidencialidade é permanente, subsistindo por prazo indeterminado após o encerramento da relação contratual, independentemente do motivo da rescisão.
- 12.4. O descumprimento desta cláusula sujeitará a **CONTRATADA**:
 - à aplicação imediata das sanções e multas contratuais previstas neste instrumento;
 - à rescisão unilateral do contrato, por justa causa; e
 - à indenização integral por eventuais perdas e danos materiais, morais e patrimoniais causados à Ceres, sem prejuízo a aplicação das multas previstas neste instrumento.



13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. Fica assegurado à Ceres o direito de, no seu interesse, e sem que caiba às empresas participantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, a alteração das condições deste Edital, comunicando o novo prazo para avaliação das propostas;
- 13.2. A participação neste processo implicará na aceitação integral e irretratável das normas do Edital, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares;
- 13.3. A Ceres reserva o direito de contratar profissional qualificado para exercer a fiscalização da obra, sem que isto signifique redução ou supressão da responsabilidade da **CONTRATADA** por eventuais erros, falhas ou omissões;
- 13.4. Os casos omissos do edital serão resolvidos pelo contrato a ser firmado entre a Ceres e a vencedora;
- 13.5. O quantitativo de processos constantes nesta Carta-Convite poderá sofrer alteração até a efetiva contratação, em razão de eventuais acordos, extinções, novos processos, não invalidando as propostas que vieram a ser apresentadas, nem ensejando direito de alterações dessas propostas.
- 13.6. Os casos omissos serão resolvidos conforme a legislação vigente e as disposições contratuais.
- 13.7. Para responder a eventuais dúvidas sobre questões administrativas: Telefones: (61) 2106-0287 ou (61) 2106-0298.